

## Sumário

Crônica11
SHOULD NON-EUROPEAN UNION MEMBER STATES BE CAUTIOUS ABOUT THE E.U CORPORATE SUSTAINABILITY DUE DILIGENCE DIRECTIVE?
Eventos de Direito Internacional15
Inovações no Regime Jurídico de Deveres e Responsabilidades das Empresas Multina- cionais numa Perspectiva Internacional e Comparada
VIII CONGRESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DO MAR
O Direito Internacional na atualidade cultural e artística / Internatio- nal Law in Culture and Arts25
THE GHOSTS IN OUR PRODUCTS: SLAVE LABOR IN BRAZIL PORTRAYED IN RENATO BARBIERI'S  DOCUMENTARY 'SERVIDÃO'
International Food Law (I)31
MUDANÇAS CLIMÁTICAS, UVA E VINHO: O QUE O DIREITO TEM A DIZER?
DIREITO À ALIMENTAÇÃO E RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL ALÉM DO ESTADO50  Thayanne Borges Estelita

A DIMENSÃO INTERNACIONAL DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A POSSIBILI-
DADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: O RETORNO DO BRASIL AO MAPA MUNDIAL
DA FOME
Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa, Victor A. M. F. Ventura e Eduardo Pitrez de Aguiar Corrêa
Sistema nutri-score: modelo português como instrumento jurídico garantidor do di-
REITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
Érica Valente Lopes e Tarin Cristino Frota Mont'Alverne
Fragile pillars of food security: exploring the challenges of availability, accessibi-
LITY, AND QUALITY FOR GLOBAL FOOD REGIME
Ipsita Ray e Anshuman Shukla
Administrative and environmental control of mediterranean fishery130
Oscar Expósito-López e Josep Ramon Fuentes i Gasó
Soft Law as a decolonial and transnormative tool: a debate based on the zero hun-
GER PROGRAM
Tatiana Cardoso Squeff
Artigos sobre outros Temas
Problemas e distinções relativos à jurisdição, admissibilidade e direito aplicável em
TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
Lucas Carlos Lima
Soft law contribution to mitigate climate change: an analysis of the $f M$ ilieudefensie
CASE
Tiago Matsuoka Megale e Alberto do Amaral Júnior
A epistemologia da autodeterminação na Organização das Nações Unidas: tensiona-
MENTOS DO MODELO VIGENTE
Adriano Smolarek e João Irineu de Resende Miranda
Barreiras linguísticas no direito internacional: um fator de desigualdade entre o
NORTE E O SUL GLOBAL
Fabrício José Rodrigues de Lemos

DECOLONIAL PERSPECTIVES ON THE NORMATIVITY OF CIVILIZING DISCOURSES AND THE META	-
PHOR OF HUMAN RIGHTS	259
Antonio Carlos Wolkmer e Débora Ferrazzo	
THE CONCEPT OF THE FOURTH GENERATION OF HUMAN RIGHTS: FACT OR PERSPECTIVE OF	
SCIENTIFIC DISCOURSE	280
Serhii Perepolkin, Valentyna Boniak, Inna Yefimova, Liliia Labenska e Dmytro Treskin	

doi: 10.5102/rdi.v21i2.9848

## VIII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito do Mar

André de Paiva Toledo\*

Mário Henrique da Rocha\*\*

Realizou-se em 25 e 26 de novembro de 2024, o VIII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito do Mar (IBDMAR), na Escola Superior da Advocacia Geral da União (AGU), em Brasília (DF). Em sua oitava edição, tratase do principal evento, no Brasil e na América Latina, dedicado à difusão do Direito do Mar em uma perspectiva transdisciplinar. O IBDMAR realiza seu Congresso anualmente, visando congregar pesquisadores, estudantes, professores e profissionais comprometidos com a produção de conhecimento científico sobre o mar em uma perspectiva eminentemente jurídica.

No VIII Congresso, o IBDMAR fixou como sua temática central o tópico "Novos atores, controvérsias e tecnologias". O evento foi mais uma vez plataforma estratégica no Brasil para aprendizado, troca de ideias e colaboração, oferecendo um espaço único para discutir os desafios prementes que o mundo enfrenta no âmbito marinho.

O Direito do Mar tem evoluído de modo a impactar a governança marítima global. Entre os novos atores, destacam-se empresas multinacionais, organizações não governamentais, e até mesmo a humanidade, que disputam espaços estratégicos no mar, como as áreas de exploração de recursos minerais e energéticos no fundo marinho. As controvérsias surgem principalmente em torno de questões como a delimitação de fronteiras marítimas, a proteção ambiental, o acesso a recursos naturais e os direitos de navegação, exacerbadas pela crescente competição por territórios marinhos. Além disso, as novas tecnologias, como satélites, drones e inteligência artificial, oferecem novas possibilidades de monitoramento e fiscalização das atividades no mar, ao mesmo tempo em que criam desafios relacionados à regulamentação e à soberania dos Estados sobre suas águas. Esses fatores exigem uma constante adaptação do Direito do Mar para equilibrar os interesses geopolíticos, econômicos e ambientais de forma eficaz e sustentável.

Palestraram no VIII Congresso do IBDMAR Professor Tiago Vinicius Zanella (Escola de Guerra Naval, EGN), Professor George Rodrigo Bandeira Galindo (Universidade de Brasília, UnB), Doutora Mariana Barbosa Cirne (Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente), Doutora Flávia Holanda Gaeta (FH Advogados), Professora Carina Costa de Oliveira (UnB), Comandante Washington Luiz de Paula Santos (Marinha do Brasil, MB), Comandante Ricardo Jaques Ferreira (MB), Capitão William Tomás Pedroza Nieto (Marinha da Colômbia), Doutora Letícia Reis de Carvalho (Secretária-Geral eleita da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos), Wilson F. N. Júnior (Ministério do Meio Ambiente), Paula de Castro Silveira (Universidade Portucalense, Portugal), Doutor Harvey Mpoto Bombaka (Centro Universitário de Brasília, CEUB) e Professor Lucas Carlos Lima (Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG). Os respectivos painéis foram coordenados por Professor André de Paiva Toledo (Escola Superior Dom Helder Câmara), Professor Leonardo de Camargo Subtil (Universidade de Caxias do Sul, UCS), Mestre Sara Perei-

E-mail: depaivatoledo@gmail.com

\*\* Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Direito Internacional e Direito do Mar pela UCS). Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Direito do Mar (IBDMAR).

<sup>\*</sup> Doutor em Direito pela Université Paris Panthéon-Assas. Pós-Doutorado na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Pós-Doutorado na Université Jean Moulin Lyon 3. Mestrado e Bacharelado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Mar (IB-DMAR). Oficial do 1º Ofício de Notas e Protesto e Registro Civil de Campos Altos (MG). Professor de Direito Internacional e Direito do Mar no PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara.

ra Leal (UnB), Professor André Panno Beirão (EGN), Mestre Poliana Lovatto (UCS), Mestre Mário Henrique da Rocha (UCS).

O VIII Congresso IBDMAR iniciou-se com a palestra do Professor Zanella, que abordou o tema "O Uso da Força no Mar por Entidades Não-estatais para a Proteção do Meio Marinho: O Caso Sea Shepherd". Na sequência, foi realizada uma conferência inédita em homenagem ao Professor Vicente Marotta Rangel (1924-2017), com a participação do Professor Galindo, que discutiu o tema "Julgando o Patrimônio Comum da Humanidade". A partir de 2024, a "Conferência Marotta Rangel" passa a compor oficialmente a estrutura do Congresso do IBDMAR.

O primeiro dia do evento também destacou o papel feminino no IBDMAR com o painel "O Brasil, as Mulheres e o Oceano", com falas das Doutoras Cirne, Oliveira e Gaeta. O dia foi encerrado com um painel sobre a contribuição das Marinhas de Guerra do Brasil e da Colômbia à proteção dos oceanos, com a participação de comandantes brasileiros e a Conferência Magna do Capitão Pedroza Nieto, dedicada aos desafios políticos e estratégicos do Instituto Colombiano de Direito do Mar.

No segundo dia, destacou-se a apresentação de 39 trabalhos em português, inglês e francês, que estão aptos a compor o 8º volume do livro "Direito do Mar" do IBDMAR, publicado desde 2017 pela Editora D'Plácido. Ademais, o debate sobre os fundos marinhos foi retomado com o painel "Fundos Marinhos e Novas Perspectivas para o Direito do Mar", tendo como destaque a palestra da Secretária-Geral eleita da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA), a brasileira Doutora Carvalho.

A Conferência de Encerramento foi realizada pelo Professor Lima, que discutiu as mudanças climáticas perante o Tribunal Internacional de Direito do Mar, ao analisar a recente opinião consultiva do Caso de nº 31. O VIII Congresso foi encerrado com um discurso do Presidente Subtil, que destacou o trabalho do IB-DMAR no Brasil e na América Latina, e seu vínculo com diversas instituições nacionais e internacionais. O evento contou com o apoio cultural da Escola Superior da AGU, do Instituto Sociocultural Brasil-China (Ibrachina) e da Editora D'Plácido.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.

Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.